

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA

CNPJ nº 24.232.886/0083-03

Demonstrações Financeiras

Balço patrimonial				Demonstração do resultado			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Ativo	Nota	2.022	2.021	Receitas Operacionais	Nota	2.022	2.021
Circulante				Sem restrição			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.802	53.222	Receitas com serviços voluntários		369	294
Contas a receber de clientes	6	21.930.826	7.576.036	Com restrição			
Estoques	7	-	8.291.588	Receitas de subvenções - custeio	16	140.472.233	174.634.848
Adiantamento a funcionários		-	374.730	Receitas de subvenções - investimento		507.760	1.689.832
Adiantamento a fornecedores		1.692.877	4.315.669	Outras receitas		706.428	2.082.065
Impostos a recuperar		350.275	1.110	Doações		5.850.692	2.510.252
Outros ativos circulante		-	215.481			147.537.482	180.916.997
		23.982.780	20.827.836			147.537.482	180.917.291
Não Circulante				Total das Receitas			
Realizável a longo prazo		-	-	Custos e Despesas Operacionais			
Partes relacionadas	8	10.754.043	28.760.990	Despesas com pessoal	17	(71.939.371)	(60.232.111)
Depósitos judiciais		114.990	328.590	Serviços de terceiros	18	(38.404.355)	(43.663.885)
		10.869.033	29.089.580	Drogas, medicamentos e materiais	20	(40.620.401)	(56.232.618)
Imobilizado, líquido	9	-	6.488.300	Custo/Receitas partes relacionadas	19	(6.969.095)	(8.669.532)
Intangível, líquido	9	-	1.760	Depreciações e amortizações		(1.248.364)	(1.425.191)
		-	6.490.060	Energia elétrica, água e telefone		(3.987.265)	(5.015.476)
		10.869.033	35.579.640	Locações		(1.789.827)	(1.562.548)
		34.851.813	56.407.476	Viagens e estadia		(471.233)	(276.501)
Total do Ativo				Impostos, taxas e contribuições		(113.948)	(80.062)
Passivo e patrimônio líquido				Fretes e remoções de pacientes		(445.326)	(584.958)
Circulante				Outros custos indiretos		(2.241.730)	(2.501.745)
Fornecedores	10	5.068.054	4.482.480			(168.230.915)	(180.244.627)
Obrigações sociais e trabalhistas	12	31.478.209	13.134.386	(Despesa) reversão com provisões para contingência		-	(400.806)
Obrigações fiscais		397.244	710.568	(Despesas) reversão com provisão para crédito de liquidação duvidosa		11.242.611	-
Honorários médicos a pagar	11	-	3.080.579	Resultado de encerramento de contratos de gestão		(11.728.397)	-
Receitas diferidas	13	2.923.926	8.965.675	(Despesas) receitas financeiras, líquidas		(98.145)	(271.564)
Partes relacionadas	8	166.513	1.986.192	Despesa com serviços voluntários		(369)	(294)
		40.033.946	32.359.880			(584.300)	(672.664)
Não Circulante				Total das Despesas		(168.815.215)	(180.917.291)
Exigível a longo prazo		-	-	Déficit do Exercício		(21.277.733)	-
Provisão para descontinuidade	14	105	7.964.448	Demonstração do resultado abrangente			
Provisão para contingência	15	453.247	453.247	Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
		453.352	8.417.695			2.022	2.021
Patrimônio Líquido				Déficit do Exercício		(21.277.733)	-
Patrimônio social		15.642.248	15.629.901	Outros resultado abrangentes		-	-
Déficit do exercício		(21.277.733)	-	Resultado Abrangente dos Exercícios		(21.277.733)	-
		(5.635.485)	15.629.901	Demonstração dos fluxos de caixa - método Indireto			
Total do Passivo		34.851.813	56.407.476	Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais			
Demonstração das mutações do patrimônio líquido				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais				Déficit do exercício			
		2.022	2.021			2.022	2.021
Em 1º de Janeiro de 2.021		17.630.969	(1.942.969)	Déficit do exercício		(21.277.733)	-
Transferência		(1.942.969)	1.942.969	Ajustado por:		-	-
Transferências internas		(58.099)	-	Depreciação e amortização		1.248.364	1.425.191
Déficit do exercício		-	-	Realização de subvenções		(507.760)	(623.580)
Em 31 de Dezembro de 2.021		15.629.901	-	Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa		(11.242.611)	-
Transferências internas		12.347	12.347	Constituição (reversão) de provisão para contingências		-	400.806
Déficit do exercício		-	-	Transferências internas		12.347	16.930
Em 31 de Dezembro de 2.022		15.642.248	(21.277.733)	(Déficit) Superávit dos exercícios ajustados		(31.767.393)	1.219.347
		15.642.248	(21.277.733)	Variações nos ativos e passivos		-	-
		15.642.248	(21.277.733)	Contas a receber de clientes		(3.112.179)	18.437.737
		15.642.248	(21.277.733)	Estoques		8.291.588	2.653.248
		15.642.248	(21.277.733)	Adiantamento a fornecedores		2.622.792	(2.435.712)
		15.642.248	(21.277.733)	Adiantamento a funcionários		374.730	-
		15.642.248	(21.277.733)	Impostos a recuperar		(349.165)	-
		15.642.248	(21.277.733)	Outros ativos circulantes		429.081	(241.736)
		15.642.248	(21.277.733)	Fornecedores		585.574	623.160
		15.642.248	(21.277.733)	Honorários Médicos		(3.080.579)	140.744
		15.642.248	(21.277.733)	Obrigações sociais e trabalhistas		18.343.823	4.625.353
		15.642.248	(21.277.733)	Obrigações fiscais		(313.324)	(510.438)
		15.642.248	(21.277.733)	Adiantamento de cliente		-	(4.020.000)
		15.642.248	(21.277.733)	Provisão para descontinuidade		(7.964.343)	1.194.762
		15.642.248	(21.277.733)	Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(15.939.395)	21.686.466
		15.642.248	(21.277.733)	Fluxos de caixa das atividades de investimentos		5.749.456	(610.325)
		15.642.248	(21.277.733)	Aquisições de ativo imobilizado e intangível		5.749.456	(610.325)
		15.642.248	(21.277.733)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		5.749.456	(610.325)
		15.642.248	(21.277.733)	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		16.187.268	(13.183.617)
		15.642.248	(21.277.733)	Empréstimos cedido a partes relacionadas		(6.041.749)	(10.622.881)
		15.642.248	(21.277.733)	Subvenções governamentais		-	-
		15.642.248	(21.277.733)	Caixa líquido (gerado pelas) aplicado nas atividades de financiamentos		10.145.519	(23.806.498)
		15.642.248	(21.277.733)	Redução do caixa e equivalentes de caixa		(44.420)	(2.730.357)
		15.642.248	(21.277.733)	Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		53.222	2.783.579
		15.642.248	(21.277.733)	Do início do exercício		53.222	2.783.579
		15.642.248	(21.277.733)	No fim do exercício		8.802	53.222
		15.642.248	(21.277.733)	Redução do caixa e equivalentes de caixa		(44.420)	(2.730.357)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.022 e de 2.021
 Cifras apresentadas em reais.

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, com atividade na área da saúde, educação e assistência social, com seu foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 1.967, com título de Utilidade Pública Federal, conforme decreto nº 71.038 de 1.972, e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social em 13/05/1.968 - nº 0000249629/67-70. Tem como finalidade estatutária, conforme art. 3º: I. Prestar e promover a assistência à saúde, serviços médico-hospitalares, prontos-socorros, pronto atendimentos, serviços de emergência, serviços auxiliares em saúde, tanto em regime de internação quanto ambulatorial, a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso ou opinião política. II. Prestar e promover a assistência à educação em todos os níveis, creches, básico, profissionalizante, técnico e universitário a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso ou opinião política. III. Prestar assistência social por Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), Centros de Convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes, idosos e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. IV. Desenvolver, direta ou indiretamente, a educação e a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, em seus estabelecimentos próprios e ainda por meio de convênios, credenciamentos, termo de colaboração, termo de fomento e congêneres, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da educação e da saúde. V. Levantar a efeito, dentro de suas possibilidades, atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. VI. Promover, realizar ou contribuir, por meios próprios ou em parceria com terceiros, com campanhas que tenham por objetivo ações de promoção, prevenção, precaução e proteção da Saúde. VII. Criar e divulgar indicadores de saúde que possam referenciar a melhor qualificação de seus propósitos, conforme previsto neste estatuto. VIII. Atuar junto a comunidades e órgãos de interesse social para divulgar seu conhecimento e experiência para fins de fortalecer e qualificar os agentes do mercado de saúde. Quanto às suas finalidades, conforme prevê o art. 4º do Estatuto, a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I. Educacionais em formação escolar, em todos os níveis, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II. Prestar serviços em administração escolar e universitária, hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração e gestão operacionalmente dita, e outros serviços de saúde a entidades congêneres ou não, e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados, inclusive com o patrocínio e desenvolvimento direto e indireto de pesquisas científicas. III. Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. IV. Celebrar e cumprir contratos de gestão, termos de fomento, termos de cooperação, acordos de cooperação, convênios e parcerias com o Poder Público ou iniciativa priva-

da, para a gestão e/ou administração de estabelecimentos de saúde, recebendo recursos financeiros e, eventualmente, bens públicos ou particulares. V. Divulgar seu conhecimento técnico e científico através de meios de comunicação de qualquer natureza. VI. Participar, apoiar e promover associações de classe e sindicatos que representem seus interesses, notadamente os setores de saúde e educação. VII. Adquirir novas tecnologias, equipamentos hospitalares, softwares e afins, para as áreas de saúde e educação, de origem nacional ou importado, para melhor atender os usuários de seus serviços. • **Atividade de Saúde:** Fundamentada em seu Estatuto Social, a Pró-Saúde - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar tem por objetivo prestar assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Encerramento do Contrato de Gestão - Hospital Regional Do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA. Em 31 de outubro de 2.022, foi assinado o 44º Termo aditivo do contrato de gestão nº 023/SESPA/2014 - processo: 2.022/125.036, onde na

continua >

continuação cláusula segunda - DO OBJETO, divulga, "O presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência contratual pelo prazo de até 90 dias, iniciando em 4 de novembro de 2.022 e finalizando em 1 de fevereiro de 2.023". Em 28 de outubro de 2.022, foi assinado o ofício nº 226/2.022 - GTCAGHMR/SESPA, considerando que a cláusula quarta, do 44º Termo aditivo do contrato de gestão nº 023/SESPA/2.014 que trata da vigência, em seu item 4.2. (PAE. 2.022/125036, SEQ 70), a qual determina que, caso o processo de Chamamento Público para seleção de entidades de direito privado visando a gestão do Hospital Regional Público do Baixo Amazonas, finalizasse antes do término do referido termo, ou por deliberação do Secretário de Estado, o contrato de gestão poderia ser rescindido unilateralmente pela contratante. Considerando a Publicação da Homologação no Diário Oficial nº 35.160, de 24 de outubro de 2.022, atinente ao resultado final do chamamento público nº 007/2.022 - Hospital Regional Público do Baixo Amazonas (PAE, 2.021/410245, SEQ 157). Nesse sentido, foi informado que, o período de transição de uma organização social de saúde para a outra será de 30/10/2.022 a 30/11/2.022, assim como o início dos serviços da organização social de saúde vencedora iniciará dia 01/12/2.022. Em tempo, foi informado pela SESPA que o termo de rescisão amigável ainda será confeccionado e enviado para assinatura, até a data deste relatório o processo não foi concluído. Os efeitos reconhecidos no resultado do exercício de 2.022 foram:

	2.022
Baixa dos estoques de terceiros	6.434.368
Baixa do Ativo Imobilizado	5.294.029
Total	11.728.397

2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2.002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 23 de março de 2.023. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: ● Nota 6 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa; ● Nota 9 - Depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível; ● Nota 14 - Provisão para descontinuidade; e ● Nota 15 - Provisão para contingências. **3. Operação "S.O.S" e seus Reflexos:** Como é de conhecimento público, desde 2018, encontram-se em andamento investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal no estado do Rio de Janeiro ("MPF"), no contexto da chamada operação "S.O.S". As referidas investigações envolvem uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas da unidade do estado do Rio de Janeiro; não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Regional Do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** ● **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. ● **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. ● **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. ● **Imobilizado:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. ● **Intangível:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - custeio:** As receitas diferidas de custeio correspondem aos valores dos gastos mensais relativo ao contrato de gestão pactuado, e são apropriadas ao resultado do exercício quando existe uma despesa correspondente. **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e des-**

pesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados.

g) Instrumentos financeiros: ● **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. ● **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.022	2.021
Bancos conta movimento e caixa fundo fixo	8.802	53.222
	8.802	53.222

6. Contas a Receber

Descrição	2.022	2.021
Secretaria executiva de saúde pública (a)	21.930.826	18.818.647
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (b)	-	(11.242.611)
	21.930.826	7.576.036

(a) Secretaria executiva de Saúde Pública: As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar até a data de 31 de dezembro de 2.022. Além de valores a receber a título de custeio mensal das atividades operacionais do Contrato de Gestão, existem também valores a receber relativos a investimentos na unidade hospitalar para execução de obras e aquisição de equipamentos para a ampliação da estrutura operacional. **(b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:** As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, com baixa expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. Em 2022, a provisão estimada foi revertida na sua totalidade, em virtude dos créditos vencidos terem sido judicializados em regime de execução "DEA", alterando o perfil da dívida em provável perda, para provável ganho de causa e recebimento destes recursos. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.022	2.021
Saldo em 1º de janeiro	(11.242.611)	(11.242.611)
Reversão de provisão	11.242.611	-
Saldo em 31 de dezembro	-	(11.242.611)

7. Estoques

Descrição	2.022	2.021
Medicamentos	2.992.670	-
Materiais hospitalares de consumo	2.528.176	-
Materiais de manutenção	221.942	-
Higiene e Limpeza	532.560	-
Dietas enterais e parenterais	117.787	-
Fios cirúrgicos	76.363	-
Materiais de radiologia	83.122	-
Gases medicinais	259.711	-
Materiais de laboratório	833.906	-
Demais materiais	645.351	-
	8.291.588	-

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1b - Encerramento do contrato de gestão, devido ao encerramento das atividades operacionais, a Administração autorizou a baixa dos estoques existentes em 30 de novembro de 2.022, para o resultado do exercício na rubrica "Resultado do encerramento de contrato de gestão", no montante de R\$ 6.434.368.

8. Partes Relacionadas

Descrição	2.022	2.021
Ativo não circulante		
<i>Empréstimos de materiais e medicamentos (a)</i>		
Hospital Infantil Octavio Lobo	13.523	-
Hospital de Altamira	263.385	297.883
Hospital Abelardo Santos	-	276
Hospital Metropolitano de Ananindeua	308.552	2.850
<i>Empréstimos financeiros (b)</i>		
Sede Administrativa	9.673.480	26.414.571
Hospital de Altamira	475.000	475.000
Hospital de Marabá	20.103	1.570.410
	10.754.043	28.760.990

Passivo circulante

<i>Empréstimos de materiais e medicamentos (a)</i>		
Hospital Metropolitano de Ananindeua	-	(1.188.850)
Hospital de Altamira	(48.409)	(66.444)
Hospital Maternidade infantil Barcarena	(650)	-
Hospital Infantil Octavio Lobo	-	-
Hospital Galileu	(27.943)	(36.934)
Hospital de Marabá	(89.511)	(122.792)
<i>Custos corporativos compartilhados (c)</i>		
Sede Administrativa	-	(571.172)
	(166.513)	(1.986.192)

(a) - Empréstimos de materiais e medicamentos: Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. **(b) - Empréstimos financeiros:** Corresponde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. **(c) - Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

9. Imobilizado e Intangível, Líquido

continuação

a) Composição	2.021		
	Custo	Depreciação Acumulada Líquido	
Benfeitorias em edificações	4.311.426	(1.373.484)	2.937.942
Instalações	73.242	(55.332)	17.910
Instrumentos médicos hospitalares	733.707	(617.045)	116.662
Equipamentos de informática	1.729.772	(1.638.105)	91.667
Máquinas e equipamentos hospitalares	12.229.069	(9.158.088)	3.070.981

b) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/21		Adições e baixas, depreciação	Baixa por encerramento de contrato	Saldo em 31/12/22
Benfeitorias	4.311.426	-	-	(4.311.426)	-
Instalações	73.242	-	-	(73.242)	-
Instrumentos médicos hospitalares	733.707	5.979	5.979	(739.686)	-
Equipamentos de informática	1.729.772	-	-	(1.729.772)	-
Máquinas e equipamentos hospitalares	12.229.069	640.259	640.259	(12.869.328)	-
Móveis e utensílios de escritório	1.763.003	-	-	(1.763.003)	-
Móveis e utensílios hospitalares	1.642.460	-	-	(1.642.460)	-
Adiantamento a fornecedores	55.538	-	-	(55.538)	-
Obras em andamento	162.762	-	-	(162.762)	-
(-) Subvenções a realizar *	(1.351.257)	(1.297.308)	(1.297.308)	2.648.565	-
(-) Depreciação	(14.861.421)	(428.302)	(428.302)	15.289.723	-
Total imobilizado	6.488.300	(1.079.372)	(1.079.372)	(5.408.929)	-
Direito de uso de software	278.956	-	-	(278.956)	-
(-) Amortização	(277.196)	(2.786)	(2.786)	279.982	-
Total intangível	1.760	(2.786)	(2.786)	(1.026)	-

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1b - Encerramento do contrato de gestão, devido ao encerramento das atividades operacionais, a Administração autorizou a baixa dos ativos imobilizados existentes em 30 de novembro de 2.022, para o resultado do exercício na rubrica "Resultado do encerramento de contrato de gestão". No montante de R\$ 5.294.029.

c) Taxas de depreciação

Descrição	Taxa ao ano
Benfeitorias	4,0%
Instalações	10,0%
Instrumentos médicos hospitalares	10,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Móveis e utensílios hospitalares	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

10. Fornecedores

Descrição	2.022	2.021
Materiais e medicamentos	3.710.031	2.666.829
Serviços de terceiros	1.358.023	1.809.601
Imobilizado	-	6.050
	5.068.054	4.482.480

11. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.022	2.021
Honorários médicos pessoa jurídica	-	3.080.579
	-	3.080.579

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1b - após o encerramento do contrato de gestão, devido ao encerramento das atividades operacionais, foi paralisada as contratações de assistência médica pela entidade.

12. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.022	2.021
Salários e ordenados/rescisões/dissídios (a)	19.071.870	7.101.015
Rescisões a pagar	3.373.596	-
FGTS	8.773.867	455.358
INSS	207.179	229.645
Provisão de férias e encargos	-	5.334.506
Outras	51.697	13.862
	31.478.209	13.134.386

(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2.022 corresponde ao dissídio coletivo dos sindicatos: SINTHOSMA - Sindicato dos Empregados em Estabelecimento e Serviços da Rede Privada de Saúde das Regiões Sul e Sudeste do Pará, considerando o percentual de reajuste de 10,42% referente ao período setembro/2.021 a agosto/2.022 e 8,33% referente ao período setembro/2.022 a dezembro/2.022. SENPA, Sindicato dos Enfermeiros do estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 3,80% referente ao período maio de 2.021 a abril de 2.022 e 10% referente ao período maio de 2.022 a dezembro de 2.022. Sindicato dos Médicos do Pará, considerando o percentual de reajuste de 5% referente ao período maio de 2.021 a abril de 2.022 e 8,83% referente ao período maio de 2.022 a dezembro de 2.022. 13. Receitas Diferidas: As receitas diferidas correspondem a subvenções pactuadas com a Secretaria do Estado de Saúde do Pará - SESPA para investimentos (aquisições de ativo imobilizado e intangível) e custeio das atividades hospitalares.

Descrição	2.022	2.021
Subvenção para investimento	283.931	4.103.020
Subvenção para custeio	2.639.995	4.862.655
	2.923.926	8.965.675

A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.022	2.021
No início do exercício	8.965.675	19.588.556
Pactuadas (adições)	6.598	28.754.286
Reconhecimento de receitas - Custeio (baixas) (a)	(2.222.661)	(31.396.274)
Reconhecimento de receitas - Investimento (baixas) (b)	-	(1.066.252)
Apropriação das receitas de custeio excedente as despesas	-	956.210
Apropriação de Subvenções a realizar	(3.710.787)	-
Estorno de provisão para Investimento a receber	(114.899)	(7.870.851)
No final do exercício	2.923.926	8.965.675

a) Correspondeu as baixas por utilização dos recursos, aplicados aos leitos de atendimentos referente aos casos de COVID-19. b) Correspondeu as baixas por utilização dos recursos, aplicados na manutenção de equipamentos hospitalares utilizados nos leitos de UTI para tratamento da COVID-19. Essas receitas quando somadas as realizações de subvenções do ativo imobilizado no exercício de 2.021, somam R\$ 1.689.832. 14. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades, correspondem à multa rescisória do FGTS, que é estimada sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho por

Móveis e utensílios de escritório	1.763.003	(1.021.390)	741.613
Móveis e utensílios hospitalares	1.642.460	(997.977)	644.483
Adiantamento a fornecedor	55.538	-	55.538
Obras em andamento	162.762	-	162.762
(-) Subvenções a realizar	(1.351.258)	-	(1.351.258)
Total imobilizado	21.349.721	(14.861.421)	6.488.300
Direito de uso de software	278.956	(277.196)	1.760
Total intangível	278.956	(277.196)	1.760

Adições e baixas, depreciação	Baixa por encerramento de contrato		Saldo em 31/12/22
	-	(4.311.426)	-
	-	(73.242)	-
	5.979	(739.686)	-
	-	(1.729.772)	-
	640.259	(12.869.328)	-
	-	(1.763.003)	-
	-	(1.642.460)	-
	-	(55.538)	-
	-	(162.762)	-
	(1.297.308)	2.648.565	-
	(428.302)	15.289.723	-
	(1.079.372)	(5.408.929)	-
	-	(278.956)	-
	(2.786)	279.982	-
	(2.786)	(1.026)	-

ocasião do encerramento do contrato de gestão. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.022	2.021
Saldo inicial	7.964.448	6.769.686
Adições (Nota 16- despesa com pessoal)	1.489.945	1.537.663
Baixas por rescisões de contratos	(9.454.288)	(342.901)
Saldo final	105	7.964.448

15. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são realizadas, acompanhadas e gerenciadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, a partir de São Paulo, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:

Descrição	2.022	2.021
Trabalhista	309.515	309.515
Cível	143.732	143.732
	453.247	453.247

No exercício de 2.022, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes entende que não há necessidade de constituir provisão complementar para os processos e andamento. 16. Receitas de Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.022 montaram R\$ 140.472.233 (2.021 - R\$ 174.634.848). Desse total, em 2.022 o valor de R\$ 8.814.765 foi referente a aditivos contratuais relativos a Covid-19 (2.021 - R\$ 45.001.170).

17. Despesas com Pessoal

Descrição	2.022	2.021
Salários e ordenados	(43.293.354)	(37.762.167)
Indenizações	(3.794.362)	-
Aviso prévio	(2.418.525)	-
Insalubridade	(4.185.330)	(4.600.076)
Horas extras e adicionais	(2.905.748)	(2.184.530)
Décimo terceiro salário	(3.561.242)	(3.979.401)
Férias	(4.829.299)	(5.514.704)
FGTS	(4.944.409)	(4.310.990)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(1.489.945)	(1.537.663)
Contribuição Patronal ao INSS	(13.165.724)	(13.985.226)
(-) Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	13.165.724	13.985.226
PIS	(473.588)	(503.067)
(-) Isenção da Contribuição ao PIS	473.588	503.067
Outras despesas com pessoal	(517.157)	(342.580)
	(71.939.371)	(60.232.111)

18. Serviços de Terceiros

Descrição	2.022	2.021
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(33.902.144)	(37.689.677)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(4.502.211)	(5.974.208)
	(38.404.355)	(43.663.885)

19. Custo / Receitas com partes Relacionadas: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações relativas à unidade.

20. Drogas, Materiais e Medicamentos

Descrição	2.022	2.021
Medicamentos	(15.464.631)	(21.688.044)
Filmes radiológicos e fios cirúrgicos	(136.195)	(300.814)
Órtese e prótese	(2.725.974)	(1.909.000)
Materiais de uso do paciente (consumo)	(10.745.325)	(16.310.992)
Gases medicinais	(1.780.858)	(2.770.153)
Gêneros alimentícios	(2.288.873)	(3.041.866)
Materiais de limpeza e lavanderia	(1.601.956)	(1.769.075)
Materiais de conservação, reparos e consumos diversos	(365.991)	(542.474)
Materiais de laboratório	(1.812.466)	(2.751.724)
Impressos e materiais de expediente	(535.936)	(602.093)
Peças e acessórios de reposição	(1.019.878)	(1.805.788)
Dieta enteral e parenteral	(1.099.453)	(1.313.002)
Outros-Equipamentos de proteção e uniformes	(1.042.865)	(1.427.593)
	(40.620.401)	(56.232.618)

21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

continua

Descrição	2.022	2.021
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	8.802	53.222
Pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	21.930.826	7.576.035
Empréstimos - Partes relacionadas	10.754.043	28.760.990
Total	32.693.671	36.390.247
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	5.068.054	4.482.480
Honorários médicos	-	3.080.579
Empréstimos - Partes relacionadas	166.513	1.986.192
Total	5.234.567	9.549.251

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

22. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR nº 25000.089057/2.015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2.017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2.016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2.017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2.019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2.015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo Indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2.018. Em 04/07/2.018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2.018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2.018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de nº 5008909-61.2.017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2.019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2.012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 20/08/2.020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 794, de 25 de agosto de 2.020 que defere, sub judice, a Renovação do CEBAS relativo ao triênio de 2.013 a 2.015. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2.006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2.013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2.018, publicada no DOU em 19.06.2.018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2.017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2.019, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de nº 1.103, de 19.07.2.018, publicada no DOU em 23.07.2.018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2.015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica.

Dom Carmo João Rhoden - Presidente; **David Martins Ferreira** - Diretor Operacional; **Valdemir Fernille Girato** - Administrador Hospitalar; **Michael Richard Cansanção da Silva** - Contador do Hospital - CRC: PA 010610/O; **Douglas Alves Ramos** - Gerente Corporativo Contábil - CRC: 1SP 288.494/O-3 "S" - PA.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Ênfase - Encerramento do contrato de gestão hospitalar:** Conforme mencionado na nota explicativa 1b, as operações de gestão hospitalar do Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA, foram encerradas em 30 de novembro de 2.022. A Administração aguarda o desfecho da negociação junto ao Governo do Estado do Pará no intuito de receber os valores pendentes e, consequentemente, liquidar os passivos registrados. Em tempo, foi informado pela SESPA - Secretaria do Estado da Saúde do Pará, que o termo de rescisão amigável ainda será confeccionado e enviado para assinatura, até a data deste relatório o processo não foi concluído. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Ênfase - Efeitos da "Operação S.O.S":** Conforme descrito na nota explicativa nº 3, encontram-se em andamento investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal no estado do Rio de Janeiro ("MPF"), no contexto da chamada operação "S.O.S.", não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demons-**

Em 24/07/2.018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2.018-28, relativo ao triênio 2.019 a 2.021. Em 02/07/2.021 foi protocolado novo requerimento de renovação, no Sistema de Certificação das Entidades de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.100840/2.021-35 relativo ao triênio 2.022 a 2.024. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.022 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 16 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **23. Renúncia Fiscal:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, é uma organização social de saúde, que não efetuou nenhuma distribuição de parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título, aplicando seus recursos integralmente em suas finalidades estatutárias, no país. Por conseguinte, cumpre os requisitos legais para o não pagamento/recolhimento de impostos e contribuições assim discriminados: Esfera Federal - Na esfera federal o benefício constitucional da imunidade e isenções legais asseguram à Pró-Saúde o não pagamento/recolhimento dos seguintes impostos/contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição ao PIS e Contribuição Previdenciária Patronal (INSS) sobre a folha de pagamento em razão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e Hospitalar. Esfera Estadual - O benefício constitucional da imunidade assegura o não pagamento/recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), através de requerimentos específicos. Esfera Municipal - O benefício constitucional de isenção assegura o não pagamento / recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) a Prefeitura de Santarém, através de requerimentos específicos. Em atendimento a ITG 2.002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.409/12, o valor da renúncia fiscal que a entidade obteve no exercício de sua atividade, como se a obrigação devida fosse, está apresentado abaixo:

Descrição	2.022	2.021
Contribuição para o financiamento da seguridade social	(4.147.487)	(5.429.347)
Contribuição patronal ao INSS	(13.165.724)	(13.985.226)
Contribuição ao PIS	(473.587)	(503.067)
Imposto sobre serviços (ISS)	(2.764.991)	(3.511.281)
	(20.551.789)	(23.428.921)

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade.

Corporativo Financeiro; **Alba Lúcia de Menezes Sá Cruz** - Diretora Operacional; **Michael Richard Cansanção da Silva** - Contador do Hospital - CRC: PA 010610/O; **Douglas Alves Ramos** - Gerente Corporativo Contábil - CRC: 1SP 288.494/O-3 "S" - PA.

trações financeiras: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, *continua*

da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresen-

tação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santarém, 23 de março de 2.022.

LM Auditores Associados Ltda. - CRC 2SP018.611/O-8
Maurício Diácoli - CRC 1SP129.562/O-5

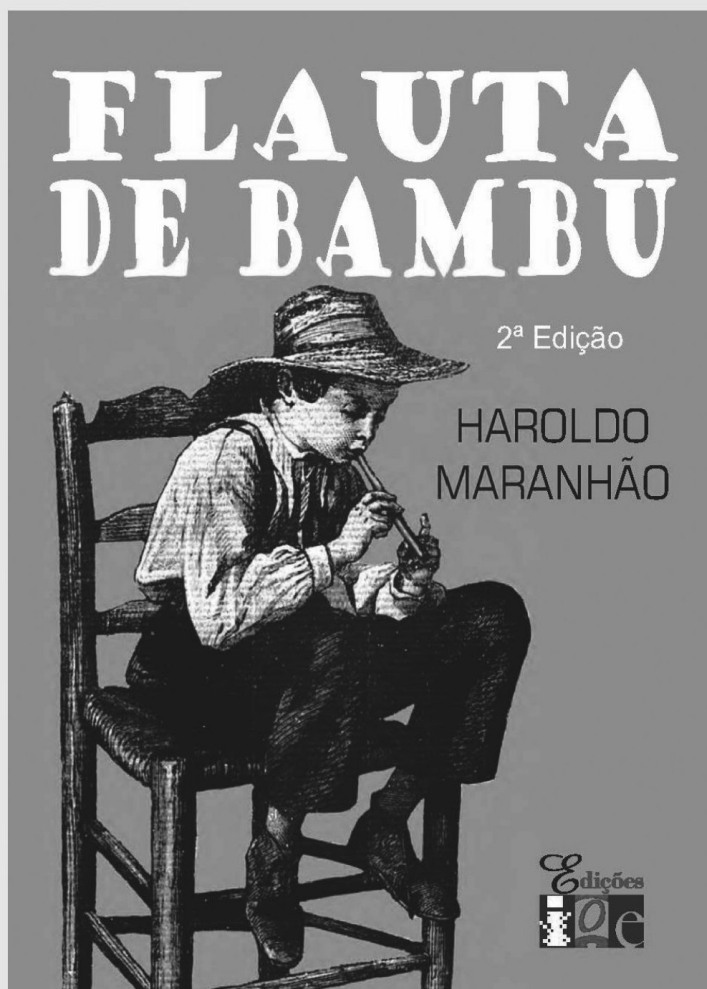
Protocolo: 921775

Flauta de Bambu

2ª Edição



HAROLDO MARANHÃO, um dos maiores nomes das letras brasileiras, volta a ser publicado em sua terra em um gênero de fácil leitura, mas de difícil execução: a crônica. As narrativas que compõem o livro foram escritas nas décadas de 1950 e 1960. As demais constituem material não incluído em “A Estranha Xícara”, de 1968, estreia do autor no livro, e “Voo de Galinha”, seu terceiro título.



DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE